



Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia

Depoliticization and anti-politics: the Far-Right in the crisis of democracy

Luis Felipe MIGUEL *

 <https://orcid.org/0000-0002-0420-6327>

Em pouco mais de duas décadas, mudou de forma aguda a apreciação dominante sobre o futuro da democracia liberal, aquela praticada nos países do Ocidente. No começo dos anos 1990, era anunciada sua vitória definitiva. O colapso do bloco soviético tinha liquidado o principal modelo alternativo de organização social até então vigente. Um veterano cientista político conservador, prudente, saudou a “terceira onda” de democratização, mais abrangente e profunda que as anteriores (HUNTINGTON, 1991). Mas o espírito da época foi melhor expressado por um acadêmico mais jovem e audaz, que não se furtou a anunciar o “fim da história”, com a eternização da democracia liberal e de sua contraface necessária, a economia capitalista de mercado (FUKUYAMA, 1992).

Um consenso nominal em favor da democracia se estabelecera já a partir do final da Segunda Guerra Mundial – todos passaram a reivindicar para si o rótulo “democrático”, dotando-o do sentido que julgassem mais conveniente. No momento da queda do muro de Berlim, este consenso evoluíra para algo um pouco mais denso, envolvendo as instituições básicas do regime liberal-democrático. Todas as forças políticas relevantes passavam a admitir que era imperativo garantir a competição eleitoral multipartidária, o sufrágio universal, a divisão de poderes, os direitos de cidadania, as liberdades individuais, o império da lei. Mesmo os mecanismos de mercado eram aceitos, de maneira cada vez mais ampla, como necessários e inevitáveis. Uma parte da intelectualidade de esquerda se dedicou a desenhar modelos de “socialismo de mercado” (e.g. MILIBAND, 1994; ROEMER, 1994; BOWLES; GINTIS, 1998). Muitos outros deixaram de lado a economia política e passaram a canalizar suas energias utópicas para questões como instituições representativas ou multiculturalismo. Este era o pano de fundo da profecia de Francis Fukuyama.

Mas no começo do século XXI já se multiplicavam as vozes céticas em relação à democracia triunfante. Com a derrota soviética na Guerra Fria, a parafernália liberal-democrática se espalhou pelo mundo, mas mostrando-se cada vez mais incapaz de cumprir suas promessas. Eleições, pluripartidarismo e divisão de poderes, sim, mas cadê a soberania popular? O

* Doutor em Ciências Políticas. Professor titular livre do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. (UnB, Brasília (DF), Brasil). Campus Universitário Darcy Ribeiro, CEP 70910-900, Brasília (DF). E-mail: luisfelipemiguel@gmail.com.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

governo seria “do povo”, como está no nome de batismo da democracia, mas as decisões beneficiavam sempre uma minoria, levando a sociedades cada vez mais desiguais.

Em meados da década de 2010, enfim, a percepção deste desarranjo democrático saiu das franjas mais críticas e chegou não só ao *mainstream* da Ciência Política como também ao jornalismo. Foi sobretudo a vitória de Donald Trump, nas eleições presidenciais estadunidenses de 2016, que alavancou o tema da “crise da democracia”. Aquilo que era visto como uma disfuncionalidade às margens do sistema tornou-se o desafio cujo enfrentamento definirá o futuro de um arranjo político que pouco antes era saudado como definitivo e universal. Os *best-sellers* da ciência política anglo-saxã, nos últimos anos, ostentam títulos que são variações em torno do tema do “fim da democracia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2018; RUNCIMAN, 2018; PRZEWORSKI, 2019).

A derrota de Trump na tentativa de reeleição, em 2020, gerou algum alívio, mas não integral. As bravatas do ainda presidente após o pleito, suas tentativas de impugnar o resultado, a invasão do Capitólio por seus apoiadores em janeiro de 2021: há sinais eloquentes de que a turbulência prossegue. A crise da democracia liberal representativa não se limita à presença de extremistas autoritários em posições de governo. Eles já são o resultado do esgarçamento do debate público, do crescimento de discursos fundamentalistas ou xenófobos e do renovado prestígio de posições que se apresentam como antipolíticas – e mesmo estes fenômenos são sintomas de deslocamentos ainda mais profundos. É possível incluir vários elementos para compor o quadro, como a crise global da economia capitalista, o avanço da razão de mundo neoliberal, as alterações nos fluxos comunicativos provocados pelas novas tecnologias, o sempre elusivo “populismo”. De um jeito ou de outro, porém, o atual mal-estar na democracia passa pela redução galopante da responsabilidade dos governantes diante dos governados. A *crise da representação* diagnosticada no final do século XX transmutou-se na *crise da democracia* do início do século XXI, sendo ambas relacionadas à perda de credibilidade da ideia de soberania popular.

As explicações sobre o fenômeno variam – e na primeira seção deste artigo proponho um esboço de mapeamento delas, identificando três vertentes principais, a serem compreendidas, porém, como ideal-típicas. Na segunda seção, discuto como se deve entender a nova extrema-direita que é parte fundamental do mal-estar das democracias. Conclui-se que a aposta numa democracia de baixo impacto, feita muitas vezes em nome de sua estabilidade, mostrou-se fracassada. Esta democracia é, no entanto, a única que o modelo liberal dominante pode produzir.

Três leituras da crise da democracia

O triunfo estadunidense na Guerra Fria trouxe não apenas o fim dos regimes de socialismo autoritário, mas também a crise de muitos sistemas partidários ocidentais baseados na clivagem esquerda-direita. Esta desorganização da disputa permitiu que, em países como a Itália ou a França, grupos de extrema-direita, com pouco ou nenhum apreço pela democracia e pelas liberdades liberais, passassem a ser alternativas reais de poder. Em países do antigo bloco soviético ou na periferia do capitalismo, uma quantidade notável de líderes autoritários chegou ao governo por meio de processos eleitorais formalmente democráticos – e, uma vez lá, agiu para reformular as instituições, restringindo direitos e cerceando a dissensão. Polônia, Hungria, Rússia, Turquia, Israel, Índia e Filipinas servem de exemplos. Episódios como o plebiscito da dívida grega, em 2015, e os golpes de novo tipo, em países da América Latina,

revelam que mesmo a expressão formal da vontade popular pode ou não ser respeitada, dependendo das circunstâncias.

Nada disso pareceu comover o *mainstream* da Ciência Política – até que, em 2016, dois eventos mudaram a situação. Em junho, o Brexit (a decisão de abandonar a União Europeia) venceu o plebiscito no Reino Unido. E, em novembro, Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos. Nos dois grandes modelos da democracia liberal, ficava patente que as instituições não possuíam salvaguardas eficazes contra a irracionalidade do eleitorado. O Brexit e a vitória de Trump pareciam pensados sob medida para ilustrar o provocativo livro de Jason Brennan (2016), publicado naquele mesmo ano, que postula que a democracia, por se basear na opinião dos incompetentes, estaria fadada a chegar às piores escolhas¹.

Com mudanças de ênfase, esse é o subtexto de muitas das análises sobre a democracia em risco. Na mais famosa delas, o problema reside na crescente ineficácia dos filtros que a elite política coloca à sedução das massas por parte de discursos demagógicos e autoritários (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 20). O afeto dominante, na nossa quadra histórica da crise da democracia, parece ser a *imoderação*, em dois sentidos complementares. Por um lado, a imoderação das massas, que não se contentam mais com sua posição passiva diante da elite governante e desejam se ver espelhadas plenamente no discurso do poder. Por outro lado, e ainda mais importante, imoderação das próprias elites políticas, que passam a lançar mão de todos os meios possíveis em suas disputas internas, mesmo que coloquem em risco o edifício institucional por inteiro. Quando lembramos que, na tipologia clássica de Montesquieu (1951 [1748]), a moderação era a virtude necessária à sobrevivência do governo *aristocrático*, talvez se possa encontrar na leitura de Levitsky e Ziblatt (2018) uma crítica involuntária às limitações democráticas do regime em crise.

A imoderação das elites leva, por um lado, à crescente inobservância das regras não-escritas, baseadas em bom senso e *fair play*, que os autores julgam essenciais para a estabilidade democrática. Assim, as relações entre governo e oposição ou entre os diferentes ramos do governo se orientam cada vez mais para um “tudo ou nada” e instrumentos extremos, como o *impeachment*, passam a ser usados de forma corriqueira. A oposição entende que seu papel é impedir o governo de governar, o governo fixa como objetivo aniquilar a oposição: a disputa política se torna um confronto total, sem espaço para acomodação, negociação ou diálogo.

Na versão da Ciência Política mais convencional, esse combate desregrado pelo poder levaria a concessões irresponsáveis à vontade popular não esclarecida. Isso permite que o afastamento do receituário neoliberal seja visto como um sintoma nocivo das ameaças à ordem democrática. Para vertentes mais críticas, porém, o neoliberalismo aparece como mecanismo central de destruição da democracia até agora existente. Distingo aqui outras duas abordagens, uma mais inspirada no pensamento de Michel Foucault, que tem Wendy Brown como principal expoente, e outra ligada à economia política, cuja elaboração mais robusta foi apresentada por Wolfgang Streeck.

¹ Um terceiro exemplo poderia ser acrescentado, com destaque, a esta listagem: a vitória do “não” no plebiscito de outubro de 2016 na Colômbia. Um acordo de paz construído em anos de delicadas negociações foi derrotado por uma campanha contrária baseada em argumentos não apenas falsos, mas francamente inverossímeis. No entanto, como veio da periferia do mundo, o caso não merece o mesmo destaque na Ciência Política produzida nos países centrais.

Para pensadores como Brown, o neoliberalismo não é simplesmente um tipo de política econômica ou de normatização da relação entre Estado e mercado. É uma racionalidade abrangente, que tem a ambição de regular a totalidade das relações humanas por meio da disseminação de uma determinada lógica. Como dizem dois autores também neofoucaultianos, que antecipam muito da discussão de Brown, o neoliberalismo é uma “razão do mundo” que entroniza a competição e seu subtexto necessário, a responsabilização individual, como princípios universais de todas as relações humanas (DARDOT; LAVAL, 2009).

Há aí uma visão antropológica muito precisa, que, uma vez aceita como correta, permite derivar todas as práticas neoliberais. A concorrência permanente e seu corolário, a “meritocracia”, garantirão ganhos crescentes de produtividade e eficiência; e, como qualquer forma de solidariedade é banida do modelo, são estes ganhos que beneficiam os indivíduos em geral, agora na condição universal de consumidores. Mais do que simplesmente deprimir a esfera do Estado em favor do mercado, a lógica neoliberal se impõe também às atividades estatais, como mostram as técnicas de gestão da administração pública, cada vez mais frequentemente adotadas, baseadas na disputa dos agentes pelos melhores indicadores de desempenho.

Em Brown (2015), este diagnóstico é aproximado de forma mais explícita da crise da democracia liberal. A redução de toda a vida social à economia faz com que o *homo oeconomicus* se torne tudo, ao contrário do que ocorria no liberalismo clássico, e reduz todos a “capital humano”, mas sob a lógica do capital financeiro, não do capital produtivo (BROWN, 2015, p. 33). Ele lê todo o mundo social, a começar pelas pessoas, em termos de investimento e valorização (BROWN, 2015, p. 176). Fica destruída a possibilidade de constituição de um *demos* capaz de projeto um futuro comum; a questão é a governança de cidadãos isolados a serem responsabilizados por suas práticas (especulativas) de auto-investimento (BROWN, 2015, p. 84).

Com isso, o neoliberalismo – que para a autora não é uma política econômica, mas uma “governamentalidade”, no sentido de Foucault – perverte a linguagem da democracia liberal, que, ainda que “[...] nunca tenha sido imune aos poderes e sentidos do capitalismo [...]”, “[...] também carregou [...] a promessa de igualdade política inclusiva e compartilhada, liberdade e soberania popular” (BROWN, 2015, p. 44). O trecho é significativo por revelar uma compreensão da democracia liberal como modelo político íntegro, cuja relação com a ordem capitalista é de exterioridade.

Em outro momento do pensamento da autora, democracia, Estado-nação e capitalismo são descritos como “[...] trigêmeos nascidos no início da modernidade europeia” (BROWN, 2019, p. 25). Mais fraca dos três, a democracia exigiria um permanente fluxo de bens públicos, que os mecanismos de mercado são incapazes de prover, para que seu fundamento, a igualdade política, pudesse vicejar (BROWN, 2019, p. 26). Assim, Brown fixa o sentido da democracia na “igualdade política”, tal como ela a define, e com isso anula a investigação sobre a dinâmica da relação entre capitalismo e democracia que constituiu a ordem liberal-democrática que agora parece ameaçada. Sua leitura é, quanto a isso, estilizada, abstrata e anistórica.

Uma visão alternativa e mais bem informada historicamente, porém, entende que a democracia liberal nasceu do embate entre a ordem política pretendida pela burguesia em ascensão e as classes populares, responsáveis pela inserção dos componentes propriamente

democráticos do arranjo (DOMÈNECH, 2009; MIGUEL; VITULLO, 2020) – e portanto a metáfora dos “trigêmeos” se mostra bastante inadequada. Não se trata de uma discussão menor. Ela orienta a resposta a duas questões centrais: o fulcro do problema é o neoliberalismo ou o capitalismo em geral? E é possível sonhar com o restabelecimento do modelo liberal-democrático hoje em declínio ou, ao contrário, é necessário projetar uma institucionalidade democrática de novo tipo?

Por ser uma racionalidade governativa abrangente, o neoliberalismo pode permanecer dominante mesmo quando sua política econômica é pausada ou mesmo revertida – ele permanece de pé se continua imperando a lógica da concorrência universal e da redução das pessoas a meros suportes de capital humano (BROWN, 2015, pp. 201-202). Essa disjunção entre o neoliberalismo como modo de relação entre mercado e Estado e neoliberalismo como razão do mundo é essencial para sua leitura da crise da democracia, que se conserva, no final das contas, no âmbito de uma separação bastante convencional entre economia e política.

Aqui, há uma contradição patente com a perspectiva adotada por outra autora que discute a crise da democracia liberal e que, no entanto, repete em outros termos a mesma dicotomia. Para Nancy Fraser (2019), a situação atual é marcada por uma crise da hegemonia ideológica neoliberal sem que a política econômica neoliberal seja ameaçada. O fenômeno é ilustrado pela decadência do “neoliberalismo progressista” da era Obama (política econômica pró-mercado associada a um reconhecimento de tipo “meritocrático” para os grupos identitários subalternos) e simultânea emergência do trumpismo. Trump, na visão da autora, manteve um discurso consequente de oposição aos valores liberais e neoliberais no campo das políticas de reconhecimento, mas foi incapaz de aplicar a política de redistribuição populista que alardeara, mostrando que os constrangimentos, do ponto de vista da ação do Estado como mecanismo compensatório às iniquidades geradas pelo capitalismo, são de grande monta². Ou seja: para Brown a ideologia neoliberal permanece mesmo que a economia neoliberal esteja entrando em crise, mas para Fraser é o oposto.

A última linhagem de investigações sobre a crise da democracia que abordo aqui, focada na economia política, foi na verdade a primeira a surgir. Já em 2004, cunhando o termo “pós-democracia”, Colin Crouch observava a tendência de declínio da substância democrática nas sociedades de tipo ocidental. Os rituais permanecem, mas as verdadeiras decisões são tomadas em interações privadas entre os governos eleitos e as elites que representam os negócios, sem participação ativa do eleitorado comum, tendo como consequência a crescente impotência das causas igualitárias (CROUCH, 2004, pp. 4-6). Na contramão de boa parte da literatura, o autor deixa claro, em obra posterior (CROUCH, 2011), que não se trata da retração do Estado diante do mercado, mas da ascensão de um novo ator, a grande corporação, que submete o poder público e tampouco é controlada pelos mecanismos de mercado.

² Como regra, a literatura produzida nos países do Norte tende a ignorar a experiência do Sul global. O novo livro de Brown serve de bom exemplo: ao listar, logo no começo, a nova onda global da extrema-direita, colhe todos seus exemplos na Europa e na América do Norte, deixando de fora nomes como Narendra Modi, Rodrigo Duterte ou Jair Bolsonaro (Brown, 2019, p. 1). Contudo, uma análise do caso do Brasil, por exemplo, permitiria problematizar de maneira mais sofisticada tanto os limites da política econômica neoliberal (os governos petistas e sua combinação de ortodoxia com políticas compensatórias) quanto as formas de sobreposição entre neoliberalismo econômico radical e discurso ultraconservador “populista” (o casamento entre o ministro Paulo Guedes e o presidente Jair Bolsonaro).

Uma leitura mais estrutural e mais sofisticada é apresentada por Wolfgang Streeck (2017 [2013]). Embora fornecer uma definição de democracia não esteja entre suas preocupações, ele entende que o arranjo prevalecente no Ocidente no século XX era instrumental para a reprodução da dominação capitalista, permitindo uma acomodação com a classe trabalhadora. Graças às eleições periódicas e à presença de governos ao menos em parte responsivos ao eleitorado, era possível medir a temperatura do conflito social, em especial do conflito distributivo, e mantê-la sob controle. A dependência estrutural do Estado em relação ao investimento capitalista, tal como descrita por Offe (1984 [1972]), por sua vez, garantia que os interesses fundamentais da classe burguesa fossem interiorizados pelos tomadores de decisão pública.

Streeck inverte a leitura de Offe sobre a crise de legitimação do Estado capitalista: foi o capital que decidiu parar de pagar a conta da pacificação social, exigindo para si uma parcela maior da riqueza social. O próprio Offe (1997 [1984]), aliás, reconhecia que o patamar mínimo de remuneração do capital, abaixo do qual o funcionamento da economia é colocado em risco, não é um dado objetivo, mas fruto da apreciação subjetiva dos capitalistas sobre as circunstâncias em que se encontram. Nas últimas décadas, este patamar subiu incrivelmente, como mostra a acentuada concentração da riqueza global (PIKETTY, 2013), estreitando a margem que permite concessões aos dominados.

Para que o Estado se submetesse a tais pressões, muitas das decisões econômicas centrais tiveram que ser subtraídas ao escrutínio do eleitorado. Redefinida como “entretenimento popular”, a política foi desconectada das *políticas* adotadas pelos governos e, em especial, daqueles referentes à economia (STREECK, 2017 [2013], p. 74). A “desdemocratização”, assim, é em primeiro lugar o resultado da pressão do capital, em particular do capital financeiro, num momento de confluência entre globalização (que amplia a mobilidade do capital e, portanto, sua autonomia *vis à vis* os Estados), mudança tecnológica (que diminui o consumo de mão de obra e, portanto, também a capacidade de pressão da classe trabalhadora) e crise mundial do capitalismo (que reduz o excedente disponível para o apaziguamento do conflito distributivo). Para o autor, esta crise, que se inicia nas últimas décadas do século XX e que se agravou a partir de 2008, é tripla: uma crise bancária, pelo excesso de crédito concedido, grande parte não resgatável; uma crise fiscal, resultado dos déficits orçamentários e crescente dívida dos governos; e uma crise da economia real, manifestada em alto desemprego e estagnação (STREECK, 2017 [2013], pp. 7-9).

No contexto da crise, o capital financeiro exige políticas de austeridade, que estrangulam as medidas de caráter redistributivo próprias do Estado social e pesam sobre a classe trabalhadora, os pensionistas e os grupos mais pobres em geral. Por meio das políticas de socorro a grandes grupos econômicos e do serviço das dívidas públicas, a tributação passa a funcionar como um novo mecanismo de transferência de riqueza do piso para o topo da pirâmide – uma dívida pública cujo crescimento, analisados os dados, não pode ser atribuído ao excesso de demandas, mas ao declínio da taxa e incremento de sua regressividade (STREECK, 2016, p. 53). De acordo com Streeck (2017 [2013], p. 79), esta passagem do Estado fiscal (*tax State*) para Estado da dívida (*debt State*) implica a formação de uma nova *constituency* à qual os governantes devem responder, ao lado do eleitorado (ou, na verdade, acima, já que é muito mais coesa, melhor informada e com muito maior capacidade de pressão do que os eleitores comuns): os credores.

Assim, a própria ideia de um povo soberano, responsável último pelas decisões coletivas, é esvaziada. A transição em curso é de democracias formais assimétricas, em que as regras legais de igualdade política eram profundamente viciadas pela desigualdade no controle dos recursos, para democracias menos-que-formais, em que a vigência das próprias regras formais é condicionada às circunstâncias. Não basta influenciar no resultado dos processos formalmente inclusivos e igualitários de decisão coletiva, por meio do dinheiro ou do controle da informação, ou ainda desvirtuar a implementação das propostas vitoriosas, graças ao monopólio privado das decisões de investimento, à corrupção ou à promiscuidade entre agentes do poder público e do capital. As decisões são simplesmente subtraídas do alcance da maioria da população.

A menor responsividade diante dos cidadãos não significa maior independência dos governantes; antes, revela maior submissão aos ditames do capital. Por este diagnóstico, portanto, a crise atual da democracia se liga à crise global do capitalismo. Os governos agem sistematicamente para salvar os especuladores às custas dos cidadãos comuns, eternas vítimas das políticas de austeridade, justificando-se com argumentos quase rituais. Isto é, o sistema opera sem disfarce, contribuindo para a perda legitimidade das instituições da democracia.

Da tecnocracia ao autoritarismo

O sobrevoos da literatura sobre a “crise da democracia” deixou claro que a expressão recobre dois fenômenos distintos, ainda que estreitamente relacionados entre si. Por um lado, há a retração do espaço disponível para a ação democrática, com a regulação de fatias cada vez maiores da vida social pelo mercado sendo imposta como necessária e indiscutível. É um movimento de (pretensa) *despolitização*, em que os governantes seguiriam imperativos da racionalidade, em vez da vontade popular, em suas decisões.

Por outro lado, ganham força discursos intolerantes, que fomentam o pânico moral (contra migrantes, socialistas, ambientalistas, feministas, LGBTs etc.), desviando a disputa política para o antagonismo cego e a irracionalidade. No mesmo movimento, as regras de controle do exercício da autoridade política, como a divisão de poderes e o império da lei, são denunciadas como obstáculos à tarefa de regeneração moral que os novos governantes desejariam levar a cabo. É a ascensão da *antipolítica*, que faz apelo a um povo uno para, uma vez mais, impor políticas definidas de antemão. Destroem-se as bases do diálogo entre diferentes e do pluralismo, indispensáveis à convivência democrática, ao mesmo tempo em que a instrumentalização do Estado em favor da minoria rica permanece.

Os estudos surgidos após o triunfo de Donald Trump, no *mainstream* da Ciência Política, tendem a privilegiar esta última faceta. A “imoderação” das elites políticas, que, como visto, é um fator central no desencadeamento das atribulações atuais, faz com elas se tornem irresponsáveis, sucumbindo à tentação do populismo. O subtexto é o reconhecimento de que o cidadão comum é levado, quase que inevitavelmente, a fazer escolhas pouco razoáveis, quando não plenamente insensatas. O livro de Christopher H. Achen e Larry Bartels (2016), sugestivamente intitulado “democracia para realistas” e com o subtítulo “por que eleições não produzem governos responsivos”, é significativo. Trata-se de uma ampla e minuciosa revisão da literatura, mostrando que o processo eleitoral não permite identificar uma vontade popular e que, quando o povo se manifesta de forma menos ambígua, em geral erra. Uma vez que, neste tipo de narrativa, a divisão do trabalho político é naturalizada (e portanto as razões da

incompetência popular não são colocadas sob escrutínio), o único jeito para o sistema funcionar é um acordo de cavalheiros entre as elites políticas, que as iniba de tentar explorar em proveito próprio a ignorância do eleitorado. “Populista” é quem rompe este acordo.

Populismo é um termo tanto central quanto equívoco nesta literatura, usado em geral para indicar uma retórica simplista, demagógica e conspiratória. Os populistas

[...] afirmam que as soluções para os problemas mais prementes do nosso tempo são muito mais descomplicadas do que o *establishment* político nos faria acreditar e que a grande massa das pessoas comuns sabe instintivamente o que fazer. [...]

Se os problemas políticos do nosso tempo são tão fáceis de resolver, por que eles persistem? Uma vez que os populistas são refratários a admitir que o mundo real pode ser complicado – que as soluções podem se mostrar esquivas mesmo para pessoas bem intencionadas – eles precisam de alguém para culpar (MOUNK, 2018, p. 7).

Esta caracterização superficial e impressionista é dominante na Ciência Política convencional e no jornalismo. Seu subtexto, explicitado décadas atrás em influente livro de William Riker, é de que “liberalismo” e “populismo” são os dois polos entre os quais se move a democracia. A ambição de Riker era demonstrar que a determinação de uma vontade popular, promessa do populismo, é matematicamente inviável. Assim, como “populismo e liberalismo [...] esgotam as possibilidades” da democracia, e já que o populismo foi aniquilado, a última esperança para um regime democrático é a sobrevivência do liberalismo (RIKER, 1982, p. 241). E o liberalismo, por sua vez, se define pelo afastamento do povo comum dos processos de tomada de decisão. Sem que necessariamente todo esse arcabouço seja assumido, a literatura pós-Trump identifica o populismo como ameaça aos preceitos liberais e o declínio do respeito a eles como o prenúncio do ocaso da democracia.

O debate aprofundado sobre o conceito de populismo vai ser feito muito mais às margens do *mainstream*, com destaque para a influente formulação de Ernesto Laclau (2005), que o define como a lógica, sempre presente no discurso político democrático, de construção discursiva de uma maioria heterogênea, e para as tentativas de colocar um populismo alternativo, progressista, como o caminho para a reconstituição de uma esquerda que não é mais capaz de ativar eficazmente a luta de classes (MOUFFE, 2018a; TRAVERSO, 2018; FRASER, 2019; para uma visão divergente, FASSIN, 2017). De todo modo, como diz Margaret Canovan (2005, p. 5), apesar da “má fama” do populismo, “seu trunfo, a crença na soberania popular, jaz no próprio coração da democracia”. O diagnóstico dos autores liberais, de que a crise da democracia nasce do excesso de invocação do povo como sujeito político, já trai uma compreensão precisa dos limites do arranjo democrático.

Mesmo partindo da conceituação de Laclau, porém, a caracterização da nova extrema-direita como populista é controversa. O populismo seria um estilo discursivo amplo, passível de apropriação à direita e à esquerda. O que o distingue é a constituição de um polo semântico “povo”, dotado de positividade e oposto às “elites” ou ao “*establishment*”. A fronteira pode se sobrepor à que separa pobres e ricos, mas não necessariamente. A inspiração schmittiana – que fica ainda mais evidente na elaboração de Mouffe (2018b), colaboradora constante de Laclau – faz com que o ponto seja apenas traçar uma linha divisória entre “amigo” e “inimigo”. O “povo” pode ser definido em oposição aos estrangeiros. Ou às “elites bem pensantes” interessadas em direitos de minorias. Ou aos funcionários do Estado. Como a leitura tende à aceitação acrítica da categoria “povo”, o fato de que a tal fronteira entre povo e *establishment*

é frequentemente falsa e manipulada em favor do próprio *establishment* não aparece como questão importante.

Segundo o próprio Laclau (2005, p. 71), o populismo é sempre acusado de ser um discurso político vago e indeterminado porque é a resposta a uma realidade social que é, ela mesma, marcada por vagueza e indeterminação. Este veredito, no entanto, precisaria ser demonstrado. A realidade social é mesmo tão vaga, tão indeterminada? Ou vaga e indeterminada é nossa análise, preguiçosa ou impotente diante de uma realidade complexa? Convém lembrar também que o próprio Laclau não cansa de afirmar o caráter produtivo do discurso político – sua resposta à outra acusação constante contra o populismo, de que seria “mera retórica”. Neste caso, o populismo seria reflexo ou produtor da vagueza e indeterminação da realidade social?

Por isso é questionável se o melhor caminho é mesmo apostar nessa gelatina discursiva – ou, ao contrário, buscar uma articulação política e discursiva que parta de uma identificação mais nítida dos eixos centrais de dominação social e dos grupos afetados por eles. A opção pelo populismo “de esquerda”, com a constituição de um “povo” indeterminado alternativo ao da direita servindo como uma espécie de *fast track* para a mobilização dos subalternos, em substituição à ação dos prejudicados em cada eixo de dominação social (classe, raça, gênero etc.), é um passo atrás em relação à ideia de articulação de demandas emancipatórias, dos próprios Laclau e Mouffe (1987 [1985]).

Mas o “populismo de direita” ganha curso como definição das novas ameaças autoritárias, mesmo nas vertentes interpretativas mais críticas, por ser difícil defini-las de outra forma. Há uma polêmica aberta sobre a propriedade de rotulá-las como fascistas, uma vez que, a despeito de convergências importantes, há diferenças significativas – por exemplo, a ausência de uma ameaça revolucionária contra a qual reagem, a falta de um movimento de massas disciplinado ou o caráter apenas cosmético de seu nacionalismo. Enzo Traverso (2017) prefere falar em “pós-fascismo”, mas o termo é quase uma confissão de incapacidade de designação clara. Se o fascismo da primeira metade do século XX já é difícil de definir porque “[...] carece de um núcleo teórico coerente [...]” (WOODLEY, 2010, p. 2), o pós-fascismo é mais escorregadio ainda.

Creio que é mais produtivo entender a extrema-direita atual como um fenômeno específico, que se inspira em elementos da retórica dos fascismos clássicos, em especial a exploração dos ressentimentos das classes médias, adaptando-as às condições da esfera pública contemporânea, marcada pela presença de bolhas discursivas muito fechadas e pela emergência da chamada “pós-verdade” (cf. MIGUEL, 2021). Seu sentido geral é bloquear a possibilidade de redemocratização, apassivando os grupos dominados.

Conclusões

A história da democracia contemporânea mostra que ela é fruto do enfrentamento às lógicas da desigualdade e da exclusão que são próprias do capitalismo. Foi uma acomodação produzida a partir da pressão dos dominados e da necessidade de encontrar maneiras de apaziguá-los – ampliando a vigência de direitos, concedendo-lhes uma voz nos processos decisórios e permitindo que o Estado fosse usado para minorar algumas das consequências do império do capital. Não por acaso, ela encontrou melhores condições de existência nos países

centrais, nos quais a condição vantajosa propiciada pelas trocas desiguais com a periferia capitalista permitia um alívio mais fácil para o conflito distributivo.

Ou seja: embora a democracia seja muitas vezes apresentada como um terreno “neutro” para a resolução dos conflitos na sociedade, ela é o compromisso encontrado diante de uma correlação de forças específica. Ela é, portanto, a um só tempo *arena* e *efeito* dos conflitos sociais. Nasce como resultado desses conflitos, por pressão dos grupos dominados, e produz o novo espaço onde eles passarão a se resolver. Trata-se de uma visão inspirada na ideia do Estado como “ossatura material” da luta de classes, tal como exposta na obra final de Nicos Poulantzas (2013 [1978]). Longe de ser a arena neutra de resolução dos conflitos de interesses, como nas leituras idealistas, ou o instrumento a serviço da classe dominante, igualmente neutro porque potencialmente utilizável por qualquer um dos grupos, o Estado é visto como espelhando as relações de força presentes na sociedade.

Se a institucionalidade é apresentada como “neutra”, exclusivamente por existir, a democracia aparece como equivalente ao “respeito às regras do jogo”. De fato, ela institui uma determinada “regra do jogo”, mas essa regra, como qualquer outra regra de qualquer outro jogo, não é “neutra”. O respeito às regras é, sim, importante: gera previsibilidade no cenário político e permite que os diferentes grupos organizem suas estratégias. Mas as regras da democracia liberal sempre beneficiaram os grupos dominantes em prejuízo dos grupos dominados. Aqueles que já dispõem de recursos de poder, como tempo livre, contatos, acesso à mídia e dinheiro, saem com enorme vantagem, seja na disputa, seja na capacidade de influência sobre os eleitos.

Ou seja: a democracia foi historicamente uma conquista dos dominados, mas não anulou a dominação. O conflito que nela se estabelece nunca se desenrola exclusivamente *dentro* das regras. É um conflito também *sobre* as regras. Nos momentos de expansão democrática, os grupos dominados se sentem com força para exigir medidas favoráveis à expansão da igualdade, que restringem o domínio da lógica do capital. Num período como o que vivemos hoje, de retração democrática, ocorre o oposto: as regras que permitiam alguma igualdade são tornadas cada vez menos efetivas.

Há não muito tempo, defendendo a tese que desenhara décadas antes, Francis Fukuyama (2018) esclareceu que falara em “fim da história” não para afirmar que a humanidade chegara enfim ao derradeiro estágio de seu percurso, como muitos entenderam, mas no sentido hegeliano, de uma teleologia histórica: é para o casamento entre democracia liberal e capitalismo que a evolução das sociedades humanas necessariamente aponta. Mesmo que a justificativa seja aceita, o que não é seguro³, é possível recusar sua conclusão. A democracia está longe de ser um problema resolvido ou de ter um modelo institucional definitivo. Um dos motivos é exatamente porque sua convivência com a economia capitalista é mais conflituosa do que harmônica.

Talvez precisemos exatamente de uma democracia mais exigente, mais inclusiva, mais igualitária – mais capaz de enfrentar o capitalismo. Talvez seja ela, e não a democracia

³ As descrições da vida pós-histórica, em que os humanos voltaríamos a uma vida como que puramente animal, sem batalhas épicas e voltada para a satisfação dos prazeres cotidianos, com que se compraz Fukuyama (1992), parecem indicar que sua narrativa possui um elemento descritivo mais importante do que depois ele estaria disposto a reconhecer.

minimalista e autolimitada que se consolidou no século XX, a mais capaz de resistir às intempéries.

Referências

ACHEN, Christopher H.; Larry BARTELS. **Democracy for realists: why elections do not produce responsive government**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. Efficient redistribution: new rules for markets, states and communities. *In*: WRIGHT, Erik Olin (ed.). **Recasting egalitarianism: new rules for communities, states and markets**. London: Verso, 1998.

BRENNAN, Jason. **Against democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. New York: Columbia University Press, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.

CANOVAN, Margaret. **The people**. Cambridge: Polity, 2005.

CROUCH, Colin. **The strange non-death of neoliberalism**. Cambridge: Polity, 2011.

CROUCH, Colin. **Post-democracy**. Cambridge: Polity, 2004.

DARDOT, Pierre ; LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale**. Paris: La Découverte, 2009.

DOMÈNECH, Antoni. 'Democracia burguesa': nota sobre la génesis del oxímoron y la necesidad del regalo. **Viento Sur**, Madrid, n. 100, pp. 95-100, 2009.

FASSIN, Éric. **Populisme: le grand ressentiment**. Paris: Textuel, 2017.

FRASER, Nancy. **The old is dying and the new cannot be born: from progressive neoliberalism to Trump and beyond**. London: Verso, 2019.

FUKUYAMA, Francis. **Identity: the demand for dignity and the politics of resentment**. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2018.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: Free Press, 1992.

HUNTINGTON, Samuel P. **The third wave: democratization in the late 20th Century**. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. London: Verso, 2005.

LACLAU, Ernesto, MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una**

- radicalización de la democracia. Madrid: Siglo Veintiuno, 1987 [1985].
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How democracies die**. New York: Crown, 2018.
- MIGUEL, Luis Felipe. A cruzada contra o capital cultural. Trabalho apresentado. *In: ENCONTRO DA COMPÓS*, 30., 2021, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 27 a 30 de julho, 2021.
- MIGUEL, Luis Felipe, VITULO, Gabriel Eduardo. Democracia, dominação política e emancipação social. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 51, p. 11-35, 2020.
- MILIBAND, Ralph. **Socialism for a sceptical age**. London: Verso, 1994.
- MONTESQUIEU. **De l'esprit des lois, em Œuvres complètes**, t. II. Paris: Gallimard, 1951 [1748].
- MOUFFE, Chantal. **For a Left populism**. London: Verso, 2018a.
- MOUFFE, Chantal. The populist moment. *In: PFEFFER, Susanne (ed.). A new fascism?* London: Koenig Books, 2018b.
- MOUNK, Yascha. **The people vs. democracy: why our freedom is in danger and how to save it**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2018.
- OFFE, Claus. De quelques contradictions de l'État-providence moderne. OFFE, Claus. *In: Les démocraties modernes à l'épreuve*. Paris: L'Harmattan, 1997 [1984].
- OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. *In: OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1972].
- PIKETTY, Thomas. **Le capital au XXIe siècle**. Paris: Gallimard, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. **L'État, le pouvoir, le socialisme**. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2013 [1978].
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises of democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- RIKER, William H. **Liberalism against populism: a confrontation between the theory of democracy and the theory of social choice**. Prospect Heights: Waveland, 1982.
- ROEMER, John E. **A future for socialism**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1994.
- RUNCIMAN, David. **How democracy ends**. New York: Basic Books, 2018.
- STREECK, Wolfgang. **Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism**. London: Verso, 2017 [2013].
- STREECK, Wolfgang. **How will capitalism end? Essays on a falling system**. London: Verso, 2016.

TRAVERSO, Enzo. Prefacio a la edición castellana. *In*: TRAVERSO, Enzo. **Las nuevas caras de la derecha**. Bueno Aires: Siglo Veintiuno, 2018.

TRAVERSO, Enzo. **Les nouveaux visages du fascisme**. Paris: Textuel, 2017.

WOODLEY, Daniel. **Fascism and political theory**: critical perspectives on fascist ideology. London: Routledge, 2010.

Luis Felipe Miguel

Professor da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisador do CNPq. Autor, entre outros, dos livros *Democracia e representação* (Editora Unesp, 2014), *Dominação e resistência* (Boitempo, 2018) e *O colapso da democracia no Brasil* (Expressão Popular, 2019).
